

O Brasil tem se notabilizado pelos resultados positivos na superação da pobreza e da insegurança alimentar. Recente relatório das Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre o *Estado de Insegurança Alimentar no Mundo* ressalta o papel central das políticas do governo brasileiro na redução em 75% da pobreza extrema no país. Ao sair do mapa global da fome, o Brasil atinge com antecipação duas metas definidas pela ONU até 2015: a do Milênio, que visa reduzir pela metade o número de pessoas que vivem com menos de U\$ 1,25 por dia; e a da Conferência Mundial de Alimentação, que consiste em cortar também pela metade o número de pessoas desnutridas.

No presente contexto histórico, em que a pobreza e a insegurança alimentar ressurgem em países desenvolvidos como resultado da aplicação do receituário neoliberal, a experiência brasileira ressalta como é indispensável o Estado intervir na regulação das dinâmicas de desenvolvimento econômico e na redistribuição das riquezas sociais. Assegurar e aprofundar as conquistas alcançadas nesse campo é o desafio que se coloca no horizonte imediato. Para tanto, cabe realizar uma análise dos acertos e das insuficiências da trajetória percorrida até o momento.

Antes de tudo, é necessário ter claro que os maiores índices de vulnerabilidade social são encontrados nas regiões rurais e que os programas de transferência de renda têm sido essenciais para a sua rápida diminuição nessas áreas do país. Ao reduzirem as privações mais agudas relacionadas à insegurança alimentar, os investimentos governamentais criam novas margens de liberdade para que os mais pobres do campo coloquem em prática estratégias inovadoras de reprodução econômica e social. Artigos publicados nesta edição apresentam exemplos vindos de diferentes regiões brasileiras que ressaltam como famílias e comunidades rurais empobrecidas combinam os recursos oriundos das políticas sociais com suas poupanças a fim de desenvolver formas mais autônomas de sustento.

Mas os casos aqui relatados são também reveladores da limitação das medidas institucionais centradas exclusivamente nas transferências de renda ou na estratégia de inserir os mais pobres nos mercados de bens e serviços. Afinal, a manutenção da forte concentração fundiária e a intensificação de conflitos ambientais têm perpetuado o precário acesso da agricultura familiar a recursos produtivos, a começar pela terra, constituindo os maiores bloqueios para a superação estrutural da pobreza e da miséria no Brasil rural. Ampliar a base de recursos autocontrolada pelas famílias e comunidades rurais por meio de um amplo programa de reforma agrária e da garantia dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais mostra-se, portanto, condição indispensável para que a parcela mais empobrecida da população rural não figure indefinidamente como *público beneficiário* das políticas sociais.

As experiências ensinam ainda que qualquer ação de combate à pobreza secular só obterá resultados sustentáveis se for coerente com as estratégias econômicas e os projetos de vida de agricultores e agricultoras e suas organizações locais. Nesse sentido, o fortalecimento das organizações locais como agentes da inovação técnica e sócio-organizativa exerce papel determinante na ativação de processos de emancipação social e política das populações mais empobrecidas. Por outro lado, as iniciativas públicas que concebem os mais pobres como meros beneficiários das políticas, e não como sujeitos de direito, em geral pautadas pela lógica da assistência individual, reforçam a cultura marcada pelas relações clientelistas, comprometendo assim as capacidades criativas dos mais pobres para que se assumam como protagonistas na superação da pobreza.

O editor

ISSN: 1807-491X

Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* v. 11, n.2
(corresponde ao v. 30, n.º 2 da Revista *Farming Matters*)

Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* é uma publicação da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, em parceria com a Fundação ILEIA – Holanda.



Rua das Palmeiras, n.º 90
Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 22270-070
Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21)2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br



PO Box 90, 6700 AB Wageningen, Holanda
Telefone: +31 (0)33 467 38 75 Fax: +31 (0)33 463 24 10
www.ileia.org

CONSELHO EDITORIAL

Claudia Schmitt

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Eugênio Ferrari

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM

Ghislaine Duque

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Patac

Jean Marc von der Weid

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Maria Emília Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase - RJ

Romier Sousa

Instituto Técnico Federal – Campus Castanhal

Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Tatiana Deane de Sá

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária - Embrapa

EQUIPE EXECUTIVA

Editor – Paulo Petersen

Editor convidado para este número – Francisco Menezes

Produção executiva – Adriana Galvão Freire

Base de dados de assinantes – Willian Monsor

Copidesque – Rosa L. Peralta

Revisão – Jair Guerra Labelle

Tradução – Flavia Londres

Foto da capa – Adriana Galvão Freire

Projeto gráfico e diagramação – I Graficci Comunicação & Design

Impressão: Reproset

Tiragem: 1.000

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.